

ENTRE ESPAÇOS: A EXPERIÊNCIA DO DESLOCAMENTO EM *NIHONJIN*, DE OSCAR NAKASATO

DOI:10.4025/percurso.v6i2.25684

Ana Cristina Fernandes Pereira Wolff

Mestra em Letras pela Universidade Estadual de Maringá, e doutoranda em Letras pela mesma instituição.
Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Apucarana.
anacris.wolff@gmail.com

RESUMO: *Nihonjin*, romance de Oscar Nakasato, revisita e reconstrói com muita propriedade a imigração japonesa no Brasil, importante fenômeno histórico que muito contribuiu para o multiculturalismo brasileiro. A obra é narrada pelo neto do imigrante Hideo, o protagonista, japonês rígido, inflexível, fiel ao imperador, cujo objetivo é ganhar dinheiro no Brasil e retornar ao Japão. No entanto, sujeito às contingências históricas, espaciais e temporais, na condição de desterrado, ele vê seus sonhos desfeitos, num movimento que coloca o leitor em contato com uma gama de informações sobre as expectativas, a chegada, a adaptação dos imigrantes japoneses ao Brasil, o trabalho nas lavouras, a dificuldade em manter a identidade quando se é o “outro”. A partir dessas considerações, o objetivo deste trabalho é observar a imagem do imigrante japonês desnudada no texto, bem como os desdobramentos oriundos da experiência do desterro e das contingências históricas que marcaram o período e repercutiram tanto na vida do imigrante japonês (principalmente) quanto na vida dos brasileiros. Nota-se que o romance apresenta personagens que sentem a dor e a esperança de deixar a terra natal rumo a um futuro melhor e que, por mais que procurem manter a identidade intacta, até mesmo pelo insulamento, são transformados na e pela relação com os brasileiros, reconfigurando a si mesmos e redefinindo-se. **Palavras-chave:** Imigração japonesa; Literatura; Identidade; História.

BETWEEN SPACES: THE EXPERIENCE OF DISPLACEMENT IN NIHONJIN BY OSCAR NAKASATO

ABSTRACT: *Nihonjin*, a novel written by Oscar Nakasato, adequately revisits and rebuilds the Japanese immigration in Brazil, an important historical phenomenon that highly contributed to the Brazilian multiculturalism. The story is narrated by the grandson of Hideo, the main character, who is a Japanese immigrant, strict and inflexible, loyal to the emperor, and whose aim is to earn money and go back to Japan. Nonetheless, due to historical, spacial and temporal contingencies, as an exiled, he sees his dreams shattered, through a move that puts the reader in contact with a gamut of information about the expectations, the arrival, the adaptation of the Japanese immigrants in Brazil, the work in the cultivation of land, the difficulty in keeping their own identity when being the ‘other’. From these considerations, the aim of this work is to observe the image of the Japanese immigrant unbared in the text, as well as their discoveries

derived from the exile experience and from the historical contingencies that marked the period and reverberated as in the life of the Japanese immigrant (mainly) as in the life of the Brazilian people. We see that the novel presents characters who feel the pain and the hope of leaving their own homeland towards a better future and that, no matter how much they try to keep intact their own identity, even by detachment, they are transformed into and by the relations with Brazilians, reconfiguring and redefining themselves.

Key words: Japanese immigration; Literature; Identity; History.

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual, deslocamentos de populações são cada vez mais frequentes, fato intensificado pelo fenômeno da globalização. Cury (2006) lembra que imigração e exílio são temas caros a diversas áreas, da sociologia à filosofia e ao direito internacional, o que se deve sobretudo aos intensos e sucessivos movimentos migratórios observados, os quais redefinem tanto as populações quanto as fronteiras dos países e acentuam “sensações de ‘não pertencimento’, de desenraizamento, de desterritorialização” (CURY, 2006, p. 10). A esse respeito, Hall (2006) afirma que deslocamentos e movimentos migratórios são mais a regra que a exceção no planeta; Bhabha (2007, p. 33), por sua vez, argumenta que histórias transnacionais de migrantes deveriam ser “o terreno da literatura mundial”, em detrimento das tradições nacionais que dificilmente se têm mantido. Esse movimento, permeado por inúmeras trocas e negociações, acarreta alterações na própria noção de identidade, visto que “o contraponto permanente com o ‘outro’ representa, paradoxal e simultaneamente, o limite do ‘mesmo’ e sua possibilidade de expansão para fora de si” (CURY, 2006, p. 10).

No campo das ciências humanas, ciências sociais e estudos literários, contemporaneamente saltam à vista questões como alteridade, identidade, diáspora, desterro, exílio, entrelugar, pertencimento, entre outras. Frente a isso, as discussões em torno dos atuais deslocamentos, que ganham especial contorno na atualidade, sobretudo pelas especificidades espaciais e temporais, ajudam a entender melhor as raízes históricas da imigração, as quais não podem ser negligenciadas. A imigração é constitutiva da história do Brasil, portanto constitutiva daquilo que os brasileiros são e da identidade que têm. Desse modo, é temática recorrente nas

mais diversas manifestações artísticas e, na produção cultural e literária brasileira, desde longa data tem sido foco de artistas e escritores.

Sujeito a diferentes abordagens, o imigrante e sua forma de representação artística implicam vários olhares, dado que não apenas o deslocamento físico é relevante, mas também a passagem de uma cultura a outra, o aprendizado de uma nova língua, a inserção numa nova cultura, com características muito particulares. O fenômeno da imigração envolve inúmeros aspectos (socioeconômicos, políticos, culturais, afetivos) e está continuamente se reconfigurando. O imigrante, observa Cury (2006, p. 11), “não é cidadão, nem tampouco é estrangeiro. Se não é o Mesmo, tampouco é totalmente o Outro”. Vive um complexo processo de negociação em que, simultaneamente, procura assimilar a cultura do outro (ainda que negada) e não perder a própria. Obviamente, as culturas em contato sempre acarretam mudanças e, conseqüentemente, remetem ao contínuo movimento de construção da identidade, a qual não é fixa, rígida, como se acreditava, porém é uma “celebração móvel” (HALL, 2006), pois que em constante processo.

A imigração japonesa no Brasil se faz presente na literatura brasileira, porém de forma mais modesta que outras. O romance *Nihonjin*, de Oscar Nakasato, reconstrói com muita propriedade esse importante fenômeno histórico que muito contribuiu para o multiculturalismo brasileiro. Foi vencedor do Prêmio Benvirá de Literatura em 2011, concorrendo com quase 2000 outros, e em 2012 arrematou o Prêmio Jabuti na categoria de melhor romance. A obra é narrada pelo neto do imigrante Hideo, o protagonista, japonês rígido, inflexível, cujo objetivo é ganhar dinheiro no Brasil e retornar ao Japão. No entanto, sujeito às contingências espaciais e temporais, na condição de desterrado, ele vê seus sonhos desfeitos e, apesar de conquistar uma vida confortável graças ao árduo trabalho em solo brasileiro, jamais conseguiu voltar ao país de origem. Viúvo da primeira esposa, com a qual chegou ao Brasil, casou-se novamente, teve seis filhos, conseguiu constituir loja no bairro da Liberdade em São Paulo. Assistiu ao nascimento e crescimento dos filhos, ao abandono do lar por uma das filhas para se casar com um brasileiro (gaijin) e ao assassinato do filho Haruo, em virtude de suas opções políticas, fatos que lhe causaram grande decepção e sofrimento. Décadas mais tarde, ele assiste ao movimento inverso ao seu: muitos descendentes de japoneses (inclusive um de seus netos, o narrador) saem do Brasil com destino ao Japão para trabalhar, ganhar dinheiro e conhecer a terra dos ancestrais – fenômeno intensificado no final do século XX e início do XXI.

A partir do exposto, ao observar a trajetória das personagens, sobretudo do protagonista, o objetivo deste trabalho é desnudar a imagem do imigrante japonês presente no texto, bem como os desdobramentos oriundos da experiência do desterro.

2 IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL: DOIS MUNDOS, DUAS CULTURAS, UM PROCESSO DIFÍCIL

O processo de imigração, qualquer que seja, é sempre difícil: de um lado há o luto por deixar o lugar de origem, as raízes; por outro, o impacto diante do novo espaço, da nova terra, da nova cultura. Trata-se de um fenômeno que exige adaptação, nem sempre pacífica, em que entra em jogo tanto a identidade do imigrado quanto a do que o recebe, num movimento que reconfigura e redefine os dois. A relação entre identidade e alteridade é acirrada, para não dizer conflitante. Quando as diferenças são muito acentuadas, a situação é ainda mais difícil, como no caso da imigração japonesa no Brasil.

O Japão ficou isolado do resto do mundo por cerca de dois mil anos após sua formação. Somente a partir da Restauração Meiji (1868), que restituiu o poder ao imperador, é que o país se abriu ao estrangeiro e estabeleceu acordos comerciais com outros países, em um processo que propiciou a emigração rumo a outras nações, inclusive ao Brasil. A diáspora japonesa, cujo principal fluxo se insere no chamado Período Moderno, que vai do século XIV até o final da Segunda Guerra Mundial (REIS, 2004), foi motivada pelo governo japonês a fim de amenizar as convulsões sociais vividas desde o período anterior à Restauração (KODAMA, 2007).

Em comparação a outros processos migratórios para território brasileiro, o nipônico foi tardio, fato que se explica, por um lado, pelo isolamento do Japão, que somente com a Revolução se inseriu no mercado mundial; por outro, pela discussão em torno da viabilidade da entrada de japoneses em outros países. Com efeito, no Brasil a vinda desses imigrantes foi controversa. Kodama (2007) lembra que, embora as elites brasileiras buscassem uma alternativa à mão de obra escrava, preferiam o imigrante europeu ao asiático. “Naquele momento, a preferência racial das elites estava explícita na ideologia de branqueamento e no projeto de fazer do Brasil um país ‘civilizado’” (KODAMA, 2007, p. 199), o que favorecia a entrada de europeus em detrimento dos asiáticos. Por muito tempo, o japonês foi visto com desconfiança pelas autoridades

brasileiras, o que frustrou tentativas de integração entre os países. De fato, o conflito cultural entre os dois, tão distantes e tão diversos, fazia-se sentir. “O japonês, além de ser considerado como uma “raça” que não poderia compor a nação, era também tomado em suas formas culturais como o completo ‘outro’ no discurso oficial, sendo visto como diferença irreduzível” (KODAMA, 2007, p. 206). Além de a cultura nipônica parecer não assimilável ao brasileiro, havia “o estranhamento e a recusa do que era visto como alteridade absoluta. Estranhamento de que certamente se ressentiam os japoneses do seu lado” (KODAMA, 2007, p. 206).

Nesse contexto, somente em 1908 é que chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes japoneses, com o objetivo de trabalhar na agricultura, especialmente nas lavouras de café no interior paulista. Com o veto do governo norte-americano à imigração japonesa em seu território, os fluxos migratórios para o Brasil se intensificaram, e o país passou a desempenhar papel estratégico na política imigratória do Japão (KODAMA, 2007). O fluxo mais intenso foi verificado entre a década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial, quando cessou, retornando entre os anos de 1950 e 1960.

Hoje, mais de 100 anos após a chegada dos primeiros japoneses ao país, o Brasil abriga a maior comunidade de origem nipônica fora do Japão. Os primeiros imigrantes vieram para acumular dinheiro e retornar a sua nação, ilusão rapidamente arrefecida pelos baixos salários e o duro trabalho na cafeicultura, muito diverso daquele aos quais estavam acostumados. Kodama (2007) destaca que aos poucos os nipônicos perceberam que o objetivo das companhias de imigração era fixá-los à terra (por mais que trabalhassem estavam sempre devendo quase tudo o que recebiam aos donos das fazendas) e que o imperador não tinha intenção de promover seu retorno. O sonho de retornar ao Japão, portanto, ficava cada vez mais distante, frustração intensificava pelas gritantes diferenças culturais entre os dois países, dois povos, dois estranhos.

O romance *Nihonjin* tem como narrador Noboru, neto de imigrantes japoneses que perfaz a trajetória do avô, Hideo Inabata, um japonês orgulhoso de suas origens e extremante leal ao imperador japonês. Como tantos outros japoneses, vem ao Brasil com a missão de trabalhar para acumular recursos e levá-los ao Japão, animado com seus projetos pessoais: “ – Vamos ao Brasil contentes, cheios de esperança [...] teria uma loja de utensílios domésticos em Tóquio ou Osaka, já que o Japão estava se industrializando, fabricando peças em série, e precisava de

comércio para vendê-las. [...] Seria patrão. [...]” (NAKASATO, 2011, p. 15¹). Ao longo dessa trajetória, o narrador desnuda a difícil convivência e adaptação dos japoneses ao Brasil, bem como empresta voz a outras personagens, a fim de evidenciar o conflito por elas vivido. A obra explora muito bem o movimento migratório dos nipônicos para o Brasil, trazendo à tona as esperanças e sonhos por eles vividos:

[...] os homens conversando animadamente sobre seus planos. Um, ao lado de Hideo, falava alto para que todos conhecessem seu projeto, [...] compartilhassem seus sonhos: ficar no Brasil durante quatro, cinco anos. [...] Depois, com bastante dinheiro no bolso abrir um pequeno restaurante em Yokohama, servir sashimi com molho especial que só sua mulher, só ela, sabia fazer. (p. 11).

Apresenta, de forma ambivalente, as reflexões daqueles que viam com certa desconfiança a migração e já prenunciavam o exílio, bem como a dor daqueles que deixaram parte da família para trás (e nunca tornariam a reencontrá-la):

[...] Ia com o pai e os dois irmãos. A mãe ficara no Japão, na casa da avó. Ela fora reprovada no exame médico obrigatório [...] o homem se lamentou, disse que era tudo um grande sofrimento, pois nunca pensara em sair do Japão, que deixara a mãe aos prantos no porto, que queria voltar logo, o quanto antes, depois abrir uma sociedade com os irmãos [...] (p. 12).

[...] e não se sabia se festejavam ou lamentavam aquela viagem. Pensou que nunca mais veria o Japão, por isso não saiu da amurada até o mar engolir a última mancha esverdeada de uma montanha distante.

[...]

Era uma forma de pensar no porvir para não ser surpreendido. O Brasil ficava do outro lado do mundo, um lugar inimaginável, por mais que lhes dissessem que era ótima terra para ganhar dinheiro. Um país desconhecido, com homens estranhos [...]. (p. 13)

O que me deixa apreensivo é que lavraremos uma terra alheia, estrangeira, e obedeceremos às ordens dos donos dessa terra, que não conhecemos. [...] não se aprende a falar uma língua estrangeira de um dia para o outro. Vocês devem se preparar para um começo de dificuldades para não serem surpreendidos. (p. 14-15).

¹ Todas as demais citações presentes no texto são desta edição e serão identificadas pelo número da(s) página(s) apenas.

Os fragmentos acima evidenciam os sentimentos contraditórios vivenciados pelos japoneses ao deixarem seu país. Vinham ao Brasil em busca de melhores condições de vida, porém deixavam para trás sua história pessoal, suas referências, seus familiares, sua cultura e ancestralidade. O desejo era voltar o mais breve possível, mas, para a grande maioria, isso não se concretizou: a realidade que os aguardava em terras brasileiras foi muito diversa daquela que imaginavam e o sonho de rapidamente acumular riqueza se frustrou.

Em meio às expectativas e esperanças de um recomeço, de um futuro melhor, nota-se a intuição e o medo de que habitar uma terra estrangeira, outra, não seria tarefa fácil, afinal o Brasil era um “país desconhecido, com homens estranhos [...]”, “[...] do outro lado do mundo, um lugar inimaginável [...]” (p. 13). Em alguns, observa-se certo luto, espécie de pressentimento de que “nunca mais [se] veria o Japão”, sentimento que desencadeia em um dos personagens embarcados “um lamento de animal desterrado, incompreensível” (p. 13), lamento que traduz a dor de deixar o mundo conhecido, o seu espaço natal. Não apenas as mudanças culturais e as relações de trabalho a serem enfrentadas causavam certa apreensão, mas principalmente o fato de deixar para trás seus iguais e colocar-se diante do outro, em território completamente desconhecido:

[...] O que me deixa apreensivo é que lavraremos uma terra alheia, estrangeira, e obedeceremos às ordens dos donos dessa terra, que não conhecemos. Os meus vizinhos sempre foram nihonjins, eu ia ao mercado e era um nihonjin que me vendia cereais, eu ia comprar tinta e era um nihonjin que me atendia, conversava comigo em japonês (p. 14-15).

Uma das preocupações principais, naturalmente, era com a língua, sistema simbólico diretamente relacionado à cultura, que se mostra como um empecilho à mudança. Tal fato é intensificado pela evidente carência de informações seguras sobre o território brasileiro. Muitos deles nem ao menos sabiam a língua falada no país: “– A gente aprende a falar brasileiro – arriscou alguém [no navio a caminho de Santos].” (p. 15). Ao que, outro, menos iludido e mais consciente da situação, argumentou: “– Veja, nem isso vocês sabem. No Brasil não se fala brasileiro, lá se fala português, porque o país foi colonizado por portugueses. E não se aprende a falar uma língua estrangeira de um dia para o outro”. (p. 15). Em regra, o que os japoneses

conheciam do Brasil dizia respeito à propaganda da imigração: “uma ótima terra para ganhar dinheiro”, “um lugar onde se juntava dinheiro com o rastelo”, clichês bastante difundidos entre os mais diversos imigrantes que chegaram ao Brasil, não só entre os japoneses. Soma-se a isso uma característica marcante do povo japonês: a fidelidade ao imperador, reverenciado como uma divindade, e a total confiança nele depositada, o que se denota desde as primeiras páginas do romance:

[...] ter uma visão tão negativa a respeito de nossa ida ao Brasil é falta de patriotismo, é um desrespeito ao imperador. Ele quer que emigremos, que fiquemos um tempo em terras estrangeiras, mas que voltemos depois, com bastante dinheiro, e ajudemos no desenvolvimento do país. Será a nossa contribuição. (p. 14)

No rol de personagens, é pela visão de Kimie, a primeira esposa de Hideo, que o leitor acompanha a curiosidade e o estranhamento vivenciados pelos nipônicos na chegada ao Brasil: após a recepção calorosa dos japoneses que já moravam no país, “as outras caras, criaturas estranhas, [...] a visão assustadora dos negros, estivadores [...] gente jamais imaginada, nunca vista em gravuras de livros” (p. 17). Pela janela do trem, no caminho entre Santos e São Paulo, ela observava, “com o olhar curioso do estrangeiro: a mata cerrada, as árvores [...] as bananeiras [...] os manacás [...], os coqueiros eretos elegantes. Depois a paisagem urbana da metrópole [...]” (p. 17-18).

À fazenda Ouro Verde, cujo nome alude à riqueza oriunda do café, foram destinados Hideo e a família. Logo ao chegar, Kimie sente profundamente o descompasso entre o esperado e a realidade encontrada em solo estrangeiro.

[Kimie] sentiu os sapatos afundarem no pó. Depois observou a casa acanhada, de madeira encardida pelos anos [...] sentiu o forte odor que exalava do interior, um cheiro que lhe parecia um pouco de urina, um pouco de comida estragada. Antes de entrar, ergueu os olhos para o marido: era mesmo essa casa que habitariam? (p. 19).

Entre a angústia e o desapontamento, Kimie desespera-se diante daquilo que se apresenta aos seus olhos. Tudo ali estava por fazer, a casa era de chão batido, muito diferente da que esperavam encontrar, não havia móveis e até os colchões de palha deveriam ser

providenciados pelos novos moradores (obviamente a palha para eles seria trocada por trabalho na fazenda). A desilusão foi imediata e Hideo sentiu-se penalizado diante da angústia da esposa: “Me desculpe, Kimichan, eu não esperava que fosse tão difícil” (p. 21). A esse respeito, Komada (2007, p. 201) lembra que, já na chegada ao Brasil, desencadeou-se “a dolorosa relação dos imigrantes com o sentimento de desilusão”.

A propósito, Kimie é uma personagem emblemática. Silenciosa, frágil, delicada, submissa ao marido, seu desejo era ter ficado no Japão. “Apesar das dificuldades, da falta de dinheiro, era a vida que conhecia” (p. 33). A adaptação à nova realidade foi-lhe muito difícil. Ao lado da rigidez de Hideo, ela sofre a ausência da terra natal, da família. Chega ao Brasil esperando pela neve, marca indelével de seu país. “Kimichan ficou esperando pela neve em pleno interior de São Paulo” (p. 39) e saber que não a veria foi um terrível golpe: “Ela foi à janela [...] E ficou lá, debruçada, com os olhos cheios d’água”. (p. 40). Sobre isso, Rodrigues (2014) explica:

Essa impossibilidade climática, contrapondo dois modos de sentir o mundo, de pensar as relações humanas, se apresenta como um paradigma das dificuldades encontradas pelo imigrante nipônico no Brasil, não apenas no plano do enfrentamento geográfico e do ‘outro’. Trata-se ainda de resistência psicológica fundada em convicção identitária nutrida pelo sentimento de superioridade. Tornava-se inevitável, portanto, a experiência do enfrentamento, dos conflitos (RODRIGUES, 2014, p. 113).

A saída para Kimie suportar a realidade foi entregar-se à memória e à imaginação: “olhava o cafezal coberto pela neve”, via os irmãos correndo. “Ela fez uma bola de neve, acertou as costas de Tikao [...] Kimiko e Tikao [...] acenavam, chamavam-na para a brincadeira. [...] Também era bom ficar ali, só vendo. Era o seu jeito de ser feliz” (p. 40). Ela fez isso por anos seguidos até que, num inverno, na noite mais fria do ano, doente, abriu a porta, saiu e “sentou-se na terra fria. A morte chegou lentamente. Há quanto tempo morria?” (p. 43). A indagação do narrador enfatiza o sofrimento de Kimie em terra estrangeira, o quanto a experiência do desterro, acirrada pela dureza do marido, foi doída para ela. Apesar de seu silêncio, o leitor observa sua dor e assiste à sua morte, única alternativa que lhe cabe.

Jintaro, um agregado da família de Hideo, que se juntou a ele e Kimie para ajudar no trabalho na fazenda (os fazendeiros não aceitavam menos que três pessoas em cada casa ocupada), também tinha suas noites insones, com saudades da terra deixada para trás: [...] “ia

para a cozinha. À noite, de madrugada, era o seu templo privado, lugar de frigar as incertezas, debruçar-se sobre as angústias, inscrever na ausência do passado as suas lembranças” (p. 35). Lá se entregava a seus desenhos, às quatro estações do ano, a fim de sentir e aproximar o Japão de si: “a triste vermelhidão do céu que as folhas de momiji copiavam no outono, o manto branco sobre as cerejeiras durante o inverno, o canto do rouxinol saudando a primavera, a sinfonia das cigarras nas noites do verão” (p. 35).

Nota-se que os elementos que permeiam as memórias de Jintaro e Kimie inserem-se na simbologia do Japão e no sistema de representações do povo nipônico; são, portanto, constitutivos de sua identidade. Deles emanam sentidos sobre a nação, memórias que conectam o presente ao passado e à própria imagem do Japão; integram, portanto, a “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1983) pelos personagens e pelos imigrantes japoneses, bem como contrastam com a imagem do país que os recebeu. Diferentemente de Hideo, Jintaro e Kimie são extremamente sensíveis e compartilham a ausência das raízes: “– Jintarosán, feche os olhos também, veja comigo o céu vermelho do Japão, as folhas avermelhadas... Sinta a brisa... Olhe, uma folha caindo... caindo devagar.” (p. 36). Isso não significa, no entanto, que Hideo não sentisse a ausência do Japão; pelo contrário, o leitor nota que ele sente tanto quanto os outros, porém sua personalidade dura, inflexível e determinada parece dissimular esse sofrimento.

No trabalho na lavoura, os recém-chegados japoneses encontraram outros colonos: italianos e negros, estes completamente estranhos a eles. Hideo não permitia que a esposa fizesse amizade com pessoas que viviam na colônia, sobretudo as negras, “gente menor, de baixo valor” (p. 24). Aliás, tal observação é reiterada na narrativa, mesmo após Maria, uma colona negra, ajudar Kimie quando adoecera. O orgulho japonês é uma característica evidente no texto. Pela postura de Hideo vislumbra-se a visão preconceituosa em relação ao negro, dado que o japonês seria muito superior a ele, um ex-escravo. Em vários momentos, pela visão do avô, o narrador relembra a escravidão dos negros em terras brasileiras, o que, para Hideo, os colocava em posição inferior: os japoneses eram súditos do imperador, herdeiros de um povo honrado, das tradições dos samurais; os negros, por sua vez, eram meros ex-escravos. Nota-se, portanto, que, ao tratar da questão da imigração, fato essencial à constituição da identidade do brasileiro, a obra tangencia também a escravidão e o preconceito, bem como, mais tarde, a substituição do trabalho escravo pelo dos imigrantes, primeiro dos italianos e depois dos japoneses.

Distantes de seu país de origem, os japoneses entregaram-se ao árduo trabalho na lavoura e procuraram manter os mesmos hábitos. Mantinham um núcleo bem restrito e não se abriam a novas amizades, o que se explica, por um lado, pelo desejo de manter sua integridade identitária, unir-se aos seus pares; por outro, pela grande diferença entre os demais imigrantes e eles, bem como por certo preconceito, sobretudo em relação ao negro. Enquanto outros colonos reuniam-se à noite em torno da fogueira ou aos domingos, os nipônicos se dedicavam ao ofurô, que eles mesmos construía, à horta, aos remendos das roupas, à fabricação de móveis e objetos domésticos, ao cultivo do bonsai. Recebiam suas “visitas no quarto, onde, descalços, acomodavam-se na cama para lembrar o Japão, para confessar as frustrações e redefinir projetos [...]” (p. 23). Fiéis a sua cultura, cercavam-se de seus iguais, ajudando-se mutuamente, viviam discretamente, falavam baixo (em oposição aos italianos, que falavam muito rápido e ao mesmo tempo), alimentavam-se do que produziam no quintal (verduras, hortaliças, frangos) e comiam suas comidas típicas sempre que possível: “Uma vez por semana comiam quiabo com shoyu, [...] porque shoyu era caro” (p. 31).

A comida, por sua vez, é um dos aspectos mais importantes da tradição e da identificação desse povo. Embora se adaptassem a algumas comidas tipicamente brasileiras, como o feijão e a mandioca, importantes para o trabalho na lavoura, ou a carne de porco e a banha, os japoneses procuravam preservar seus pratos típicos. Na falta de alguns ingredientes, reinventavam “os alimentos de sua terra com os produtos que cá encontravam, como a conserva salgada feita com mamão, ao invés do nabo. Fabricavam o missô, pasta de soja fermentada, tornando mais familiares suas refeições com os ingredientes brasileiros” (KODAMA, 2007, p. 209).

A esse respeito importa ressaltar que a tradição é o cordão umbilical. É ela que mantém a fidelidade às origens, a autenticidade. Confere significado à vida do sujeito em dispersão e dá sentido a sua história (HALL, 2003). Hideo e sua família procuram viver como se ainda estivessem no Japão, num esforço para não perder suas referências. Lembre-se que, para imigrantes e descendentes, a manutenção da identidade pressupunha o rigor quanto à educação e às tradições, as quais já não eram comuns na sociedade japonesa de então, em função da complexidade de sua dinâmica interna. “O Japão que os imigrantes haviam deixado era o Japão da era Meiji” (KODAMA, 2007, p. 209), portanto um Japão que já não existia, mas que eles

insistiam em preservar – fato que se afina com a noção de “comunidade imaginada” anteriormente citada: o país que persiste na memória dos imigrantes ficou congelado em um fragmento de tempo, inacessível às mudanças, alheio às transformações comuns aos povos.

Pelas lembranças do avô, o narrador deixa entrever as tradições japonesas. À hora da refeição, por exemplo, a mulher preparava tudo, porém só se servia quando os homens estavam satisfeitos: “Então era a sua vez de comer. Delicadamente enchia o prato, quase como se não tivesse direito à comida que preparara enquanto os homens da casa estavam no armazém bebendo pinga e contando vantagens” (p. 31).

Hall (2003) adverte, no entanto, que a tradição baseia-se em uma concepção fechada de “tribo”, diáspora e pátria. De fato, ao longo da narrativa nota-se que, no esforço para manter a ligação com o Japão, os japoneses tornam-se ilhados, insulados, relacionando-se apenas com os seus. A relação entre eles e o mundo exterior é tensa, pois que muito diversa da realidade que conheciam, o que os levou a se agarrar ainda mais aos costumes e tradições.

Nas escolas que formavam, as crianças eram ensinadas em japonês, em pleno interior do Brasil. Até a Segunda Guerra, as crianças aprendiam a história do Japão, sua geografia, conhecendo o nome de seus rios, mas pouco sabiam sobre a história do Brasil ou sequer tinham noção da dimensão do País que passaram a habitar (KODAMA, 2007, p. 208).

Tal fato explica por que Haruo, o filho “rebelde” de Hideo afirme para a mãe: “Não podemos viver no Brasil como se estivéssemos no Japão, mamãe” (p. 93). O insulamento, porém, foi uma forma de proteção, um modo de os japoneses não se sentirem tão sozinhos diante de uma terra, pessoas e hábitos tão diversos dos seus; ao mesmo tempo, foi uma alternativa para tentar preservar suas origens e cultura, manter a unidade identitária: “Os iguais eram poucos. / – Por isso precisamos nos manter unidos – explicava Hideo ao filho”. (p. 60)

Nesse sentido, reitera-se com Hall (2003) que o sujeito diaspórico jamais se desapega de suas origens e mantém, pela tradição, a cultura na qual nasceu. Isso se dá pela manutenção da língua, da religião, do modo de pensar e agir. Permanece vivo um forte senso do que é a “terra de origem” e tenta-se preservar a identidade cultural. Hideo, tanto no primeiro casamento quanto no segundo, com Shizue, mantém vivos os costumes japoneses, num esforço para não romper os

laços com a terra natal, que aparece sempre idealizada. A cerimônia de núpcias com a segunda esposa é descrita pelo narrador como tipicamente japonesa:

Alguém entoou o cântico nupcial *Takasa*, [...] era sempre assim: alguém falava do bom caráter do noivo, de seus pais que os criaram para ser um homem honesto e fiel ao imperador, de sua dedicação ao trabalho, e das habilidades da noiva na arte culinária, de sua disposição de ser mãe, da educação primorosa que recebera em casa [...] o pai da noiva começou a chorar; cantava e chorava, e todos sabiam – sabiam porque também sentiam – que o choro não era somente por causa do casamento da filha, que **as lágrimas traduziam a falta que sentia do Japão** (p. 50-51, grifos nossos).

No fragmento são evidentes os costumes nipônicos, o modo de ser japonês, o papel da esposa, os valores, tudo bem diferente da vida no Brasil. A lembrança e a reiteração deles intensifica a distância, o desterro, e conduz à emoção, às lágrimas pela ausência do país de origem. O único elemento capaz de amenizar a saudade e o sentimento de não pertencimento eram as cartas recebidas do Japão, que eram ansiosamente aguardadas. Segundo o narrador, traziam “elementos para que ojichan seguisse elaborando a história da família, [...], garantiam o aperto dos laços que o prendiam àquele país. Através delas, sentia a presença dos pais, dos irmãos, sobretudo da mãe, que frequentemente lhe aparecia nos sonhos [...]” (p. 45). Simbolicamente, tais cartas remetem à ligação com a terra natal, com um mundo deixado para trás e que não se queria esquecido; traduzem o desejo de manter-se essencialmente “japonês”, manter sua identidade e modo de ser, mesmo em um país estranho.

Outro aspecto relevante nesse movimento de dispersão é a língua. Os imigrantes japoneses viram-se em um país novo, estranho, cuja língua é completamente diferente da sua. No início, a comunicação foi difícil, realizada mais por linguagem gestual que propriamente por palavras. Aos poucos, a língua portuguesa foi incorporada, aprendida, num processo nem sempre fácil. Embora fosse ativo, um líder, um homem que “não tinha receio em dizer o que tinha que ser dito” (p. 51), após anos trabalhando na lavoura, Hideo ainda tropeçava, às vezes não entendia bem as palavras, “a língua portuguesa ainda era difícil para ele” (p. 52). Por isso, ao argumentar com um gaijin, procurava ser mais atencioso e falar lentamente, pois sabia que “não era fácil convencer alguém em uma língua de que se conheciam poucas palavras, língua cuja sintaxe era um nó” (p. 69). Ao mesmo tempo, sua língua nativa jamais foi abandonada: era a língua da

intimidade, do núcleo familiar, das conversas sobre o Japão, da oração, da ira: “Falava alto em língua japonesa, pois só em japonês conseguia esbravejar” (p. 47). Era a língua que lhe permitia ser ele mesmo, um japonês. A esse respeito, o realismo do texto se intensifica pela inserção de vocábulos da língua nipônica ao longo da narrativa como: “gaijin”, “nihonjin”, “ojiichan”, “hai”, “otochan”, “sensei”, “burajirujin”, “yaito”, entre tantos outros.

Após anos no Brasil, com os filhos crescidos, o personagem e a esposa mantinham os mesmos hábitos: [...] “Hideo exigia que, aos domingos, todos estivessem juntos durante o almoço [...] juntavam as mãos, diziam itadakimasu [...]” (p. 92). A ausência do país de origem justifica e intensifica a manutenção das tradições, no sentido de evitar romper os laços com a terra natal e a instauração do vazio, reter a identidade e a cultura, manter-se coeso e uno, tentativa que se revela frustrada ao final.

Ao longo da narrativa, o leitor vai compondo os personagens. Hideo, o protagonista, orgulhoso do povo japonês, é inflexível, extremamente fiel ao imperador e às tradições; “[...] um homem duro, como eram duros os homens na terra dos samurais” (p. 56). Avultam nele (e nos japoneses em geral, como se nota no texto) características como a seriedade, o trabalho, a preocupação com a família e a educação dos filhos, a disciplina, o respeito. Imigrante que chegou ao Brasil praticamente sem nada, Hideo conseguiu realizar o sonho de ter loja própria, não no Japão, mas no bairro da Liberdade, em São Paulo, na rua Conde de Sarzedas, uma das principais ruas de comércio japonês no Brasil.

No núcleo familiar, o modo de ser japonês e a inflexibilidade se fazem sentir pelos filhos, que são repreendidos pelo contato com gaijin: “– Haruo anda muito com gaijin. Gaijin não tem educação, fica inventando coisas feias em vez de trabalhar e estudar. [...] gaijin não é boa companhia” (p. 62). Lembre-se que gaijin faz referência aos brasileiros e demais imigrantes e significa, pela tradução do ideograma, “humanidade de fora”; é um termo que, por si só, carrega o peso do encapsulamento a que os japoneses estiveram sujeitos durante mais de 200 anos (KODAMA, 2007, p. 208).

Igualmente, o casamento é permitido somente entre japoneses e descendentes. Assim, quando se viu apaixonada por Fernando, um gaijin, Sumie, a mãe do narrador, não teve coragem de fugir com ele no meio da noite. Pesaram sobre ela as histórias de jovens que deixaram a casa paterna e foram viver um grande amor. Depois de um tempo, quando retornaram, a família lhes

havia dado as costas e seu paradeiro era incerto, como aconteceu com Sanae: “Ninguém sabia dizer com certeza o que lhe aconteceu depois. Alguns diziam que estava no Paraná [...] Outros comentavam que foi vista em Santos, numa casa de prostituição.” (p. 105). O contraexemplo de Sanae se espalhou depressa. “Comentava-se sobre ela no kaikan, no undokai, nos cultos das igrejas budistas, nas conversas de quitanda.” (p. 105). Os laços familiares também impediram a tomada de decisão de Sumie, que, infeliz no casamento, demorou dez anos para abandonar o marido e os filhos e fugir com Fernando. Obviamente, tal ato simbolizou sua morte para Hideo, que nunca mais a recebeu em casa. A família passou a conviver com a vergonha: a filha “[...] aceitara deixar a casa a que se acostumaram os filhos, a quem amava, e o marido, a quem respeitava e admirava, e partira para ser feliz”. (p. 124-125). E fora feliz, ainda que pensasse diariamente nos filhos e chorasse. Após anos, com a morte do segundo esposo, procurou os pais e os filhos, mas já não era bem-vinda. Hideo “era pai somente dos outros filhos”. Para ele, os filhos de Sumie também “eram filhos só do pai” (p. 127). A união de Sumie com um gaijin jamais seria perdoada, pois foi uma desonra para a família.

A relação mais tensa, no entanto, é a de Hideo com o filho Haruo, que desde pequeno mostrou-se avesso aos costumes japoneses. O pai viu-se obrigado a aplicar-lhe vários castigos quando criança. “Hideo era uma ponte firme que levava seus filhos ao Japão. Ponte de concreto, construída ao longo dos anos, com pilares grossos fincados na terra, sobre a água turva. Por que, então, Haruo não a atravessava?” (p. 93). A cisão identitária o acompanha desde os tempos de escola, quando era identificado como o “japonês” entre os colegas, que diziam: “– É aquele do lado do japonezinho.” Ou: “– É aquele japonês!”, ou ainda: “– Ô, japonezinho!” (p. 59). Sua diferença estava inscrita na face: “os traços do rosto, o nariz chato, os olhos amendoados, bem como o nome, eram a identidade física do japonês” (p. 67). E isso incomodava Haruo, que indagava a serventia do nome e dizia: “Não gosto que me chamem de japonês, eu sou Haruo”. (p. 67).

Aliás, Haruo é a personificação da fragmentação, da dispersão identitária. Em casa, assim como os demais irmãos, “fora educado como um japonês, [...] além de ter a cara de japonês, fizera-se japonês através da aprendizagem da língua japonesa, que falava melhor que a língua portuguesa, e da cultura japonesa, o que o qualificava como um japonês” (p. 69). Seu pai “lhe ensinara que era nihonjin, que nihonjin era diferente de gaijin, que cada nihonjin era

representante de um povo de tradição milenar” (p. 63). Para Hideo, o filho era japonês, mesmo tendo nascido em solo brasileiro, e deveria orgulhar-se disso.

Haruo, entretanto, sente-se mais brasileiro que japonês. Trata-se de um descendente mais aberto à mudança e ao outro, que vive a contradição entre o que aprende e vivencia fora de casa – na escola, por exemplo, a professora lhe ensina que é brasileiro, pois nasceu no Brasil – e o que aprende no seio familiar. Para seu pai, o importante “era o que ia na alma, no coração” (p. 66), e asseverava: “– E na alma, você é japonês. Você tem o espírito japonês. E na cara, também. O que adianta você sair por aí dizendo que é brasileiro? Todos olham você e sabem que você é japonês.” (p. 67). Contrariando a figura paterna, Haruo não se deixa vencer e externa seus sentimentos, em atitude de desrespeito ao pai:

– Otochan, a cara e o nome eu não posso mudar, mas isso não importa muito. Sensei do burajiru gakko disse que todos somos iguais, filhos de Deus, não importa se os olhos são puxados ou não, se os cabelos são lisos ou enroladinhos, se o menino é preto ou japonês. O que importa é o que otochan está dizendo: o coração. E eu sinto que meu coração é brasileiro. (p. 67)

Nessa ocasião, o posicionamento de Haruo foi castigado pelo pai. Ele, porém, manteve-se firme em suas convicções, o que estremeceu sua relação com Hideo. Mais tarde, já adulto, denunciou a derrota do Japão na Guerra, questionou a fidelidade ao imperador e o insulamento dos imigrantes japoneses, fato que lhe custou, enfim, a própria vida.

Ressalte-se, neste ponto, que o romance desnuda o particular momento vivido pelos nipônicos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Ainda que fossem vistos pelos brasileiros como um povo trabalhador, como dito anteriormente eram considerados inassimiláveis, em função das diferenças culturais e físicas – o japonês, o outro, de olhos puxados. Já nos anos de 1930, as relações entre brasileiros e nipônicos tornaram-se hostis, fato exemplarmente tratado no romance. Em certa ocasião, em sua loja, Hideo se desentendeu com um cidadão bem conhecido em São Paulo por seu posicionamento contra os japoneses, chegando à agressão corporal, o que lhe rendeu uma noite na prisão. O diálogo entre os dois denuncia a desconfiança a que os nipônicos estavam sujeitos:

Hideo, que já o observava, aproximou-se:

– O que o senhor deseja?

Os olhos do homem caíram sobre Hideo como duas foices.

– Eu só estou olhando. Posso?

– É claro que sim.

Então ele voltou a observar o leque [com ideogramas japoneses].

– Eu estava dizendo que o governo deveria proibir esses rabiscos.

– Senhor, não são rabiscos, são uma obra de arte, são palavras escritas em língua japonesa.

– O senhor fala de um modo engraçado, eu não entendo muito bem, deveria aprender a falar melhor em português já que mora aqui.

[...] (p. 85)

O sujeito em questão era José de Oliveira, cuja fama era bem conhecida entre os nipônicos. Dizia que “os amarelos, como os negros, eram um estorvo, e lembrava a campanha do deputado Fidélis Reis, que já em 1923 apresentara ao Congresso Nacional proposta para reduzir a entrada de japoneses no Brasil [...] (p. 86).” Afirmava que tais povos eram um entrave ao progresso do país e que os nipônicos queriam “dominar o mundo”, por isso deveriam ser expulsos pelo governo (p. 87). Tal discurso não era isolado e, à época, muitos brasileiros comuns e autoridades nutriam esse sentimento em relação aos nipônicos.

Com efeito, durante o Estado Novo, a tensão entre nipônicos e o governo se intensificou. Kodama (2007) lembra que, desde 1938, o ensino em língua estrangeira foi proibido, assim como os livros utilizados nas escolas japonesas, o que atingiu o modo de vida dos imigrantes, para os quais a observação das tradições e dos costumes era fundamental. Em alguns capítulos do romance, inclusive, há a apresentação de artigos e notícias jornalísticas que fazem conhecer esse momento singular da história do Brasil, quando documentos oficiais restringiam a vida dos japoneses. Hideo inquietava-se:

Que livros afinal deveria ter um japonês em seus armários? Não poder falar em japonês, ora essa! Era a sua língua [...] O presidente [Getúlio Vargas] queria que nihonjin virasse gaijin, queria o impossível, queria obrigar os japoneses a traírem a sua pátria. Mas quanto mais o governo pressionava, mais nihonjin se sentia nihonjin. (p. 90)

Como se denota no fragmento acima, a retaliação do governo acirrou na colônia japonesa a fidelidade aos costumes e o patriotismo, o “sentimento de pertencimento ao império do Japão”, o sentimento de que os nipônicos eram “súditos do imperador de origem divina, o descendente da deusa *Amaterasu*” (KODAMA, 2007, p. 210). Assim, por força dos condicionamentos da Segunda Guerra, os imigrantes japoneses (como também italianos e alemães) e seus descendentes passaram a ser vistos com mais desconfiança no Brasil, como o inimigo. Temia-se sua capacidade de organização e denunciava-se que eram muito fechados, que,

pelas ruas do bairro da Liberdade, os brasileiros se sentem insultados quando alguns imigrantes japoneses os olham e depois fazem comentários entre si, às vezes rindo. Na cidade de Bastos sentimo-nos estrangeiros [...], pois há japoneses por toda parte. [...] Nenhum brasileiro deveria se sentir estrangeiro dentro de seu próprio país (p. 144).

Ademais, os condicionamentos da Guerra tiveram consequências dentro da própria comunidade nipônica, com efeitos traumáticos. A derrota do Japão e o bombardeio de Hiroshima foram desacreditados por muitos japoneses que duvidavam das notícias veiculadas e negavam o discurso do imperador assumindo a vitória norte-americana, pois com isso ruía a imagem da nação cujo imperador era considerado invencível, uma divindade, lembra Sakurai (1993 apud KODAMA, 2007). O período foi sombrio. “Homens e mulheres choraram ante a destruição de um mito construído século após século desde tempos imemoriais” (p. 134). Desfazia-se, assim, a imagem de país que sustentava a memória dessas pessoas.

Por conseguinte, a comunidade nipônica sofreu uma cisão e denunciava-se que os japoneses tingiam de sangue o solo que os acolheu: “[...] vemos nipo-brasileiros se voltando contra nipo-brasileiros, numa violência absurda. Morre, assim, o mito do povo eternamente unido” (p. 146). A citação alude aos dois grupos rivais que se originaram com o fim da Guerra: os kachigumes, que negaram a derrota japonesa, “seguiriam surdos à verdade e continuariam a não tolerar vozes contrárias ao delírio que viviam” (p. 135); os makigumes, que aceitaram a derrota japonesa. Os primeiros, extremamente radicais e inconformados com os resultados da Guerra, criaram a “Liga do Caminho dos Súditos”, a *Shindô Renmei*, cujo objetivo era perseguir o outro grupo, visto como traidor da pátria e que, portanto, deveria ser eliminado (KODAMA,

2007). Por isso a referência ao sangue derramado em solo brasileiro. Graças a seu posicionamento político e à aceitação da derrota japonesa, o que não era segredo, Haruo foi morto pelas mãos dos kachigumes, no sítio de seu sogro, no interior de São Paulo. Seu pai assistiu a tudo, chegou a pedir pela vida do filho, mas foi em vão.

O radicalismo dos “Súditos do Imperador” erigiu tanto do isolamento quanto do inconformismo com a derrota. A impossibilidade de retornar ao Japão foi extremamente difícil, uma desilusão para muitos imigrantes e descendentes que “sofriam diretamente a discriminação e exclusão, acompanhados por vezes da violência, como foi o caso de alguns presos no governo estado-novista” (KODAMA, 2007, p. 210).

O processo de assimilação cultural e de inserção na sociedade brasileira foi permeado por muitas dificuldades, inconformismo, incompreensão. A distância entre os dois países dá uma dimensão do choque cultural experimentado, o qual conduziu à permanente reconstrução de sonhos e projetos. O confronto cultural, enfim, não resistiu às “mudanças nas relações no tempo, e às trocas cultural e social entre a comunidade de imigrantes e a sociedade mais ampla que os acolheu” (KODAMA, 2007, p. 210).

Após quarenta anos no Brasil, Hideo trabalhou incansavelmente para voltar ao Japão, “depois viu seu sonho se acabando aos poucos. [...] Não bastava o dinheiro da passagem [...] não se submeteria à humilhação de voltar ao Japão na mesma condição em que saíra de lá. [...]”. Por mais que tentasse, os desdobramentos da imigração fugiam ao seu controle e, sem “que se reconhecesse, uma nova vida, que não era a vida japonesa, organizava-se à sua volta”. (p. 110-111).

O fato é que, a cada geração de descendentes, o tráfego de uma cultura à outra foi se alterando em função do tempo, as diferenças se arrefeceram. As mais recentes, sanseis (terceira) e yonseis (quarta), estão mais integradas à cultura brasileira que as anteriores. Ainda assim, raramente se deixa de notar entre os descendentes a presença de certos valores tradicionais que marcaram sua ascensão social:

o esforço e a capacidade de agüentar as dificuldades, o espírito do *bushidô*, do guerreiro que possui sobre si o autocontrole. São ensinamentos passados pelos imigrantes criados na era Meiji, que orientaram a conduta das gerações de descendentes ante o trabalho e a família, e que, de certa forma, contribuíram

para criar a imagem dos descendentes de japoneses como “estudiosos”, “inteligentes” e “disciplinados”. (KODAMA, 2007, p. 210)

A partir da década de 1980, assistiu-se ao movimento inverso, ao movimento dos descendentes nipônicos rumo ao Japão em busca de trabalho. Trata-se do “verso e reverso da história da imigração japonesa, nas suas contradições e na afirmação identitária dos *nikkeis* como brasileiros” (KODAMA, 2007, p. 210). Tais descendentes são chamados de *dekasseguis* e, apesar dos traços físicos que os ligam ao país do sol nascente, a sociedade que lá encontram é muito diversa daquela em que cresceram, no Brasil. Por outro lado, ainda que ligados às tradições japonesas por sua ascendência, confrontam-se com diferenças marcadas pelo tempo (KODAMA, 2007, p. 210).

Noboru, o narrador e neto de Hideo, trilha esse caminho contrário para trabalhar no Japão. Anima-se com a possibilidade de conhecer a terra natal do avô, sempre evocada nas histórias e sonhos. O avô, no entanto, sabe que o Japão que deixou para trás já não existe, povoa apenas suas lembranças, faz-se presente na ausência:

- Ojichan, quer que eu lhe envie alguma coisa do Nihon?
- O que posso querer do Nihon?
- É furusato de ojiichan.
- Ele levantou os olhos.
- Furusato... O meu furusato não existe mais (p. 169).

Já velho, cansado, marcado pela perda do filho Haruo (cujos tiros também foram sentidos em seu corpo) e pela separação da filha Sumie – como revela ao neto – Hideo confirma o quanto o tempo, o espaço e a distância são implacáveis, alterando tudo aquilo que permeiam, mesmo as coisas que mais se pretende manter intactas. O movimento de imigração marcou profundamente Hideo e os demais nipônicos que vieram ao Brasil, o que se comprova pela observação do narrador: “Agora via nas marcas de expressão de seu rosto e nos olhos cansados uma mágoa que trazia daquele passado” (p. 11).

A imigração japonesa é considerada bem-sucedida, sobretudo pela mobilidade social de seus descendentes e sua presença nos mais variados setores, predominantemente urbanos, ou ainda pela rápida passagem da condição de colonos a proprietários rurais ou a comerciantes nas áreas urbanas (como Hideo). No entanto, como todo trânsito e embate de povos e culturas, teve

seu custo, conforme se denota nas páginas de *Nihonjin*. A experiência do desterro deixou cicatrizes profundas e, de certo modo, levou os desterrados a habitar uma espécie de entrelugar, algo entre o lá (Japão) e o cá (Brasil), num processo bem complexo. Tudo se transforma o tempo todo: é essa a certeza de Hideo no final, ele mudou, sua família mudou, o Brasil mudou, o Japão já é outro (“O meu furusato não existe mais”); a antiga imagem que povoa suas lembranças é apenas uma ilusão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nihonjin trata com cuidado e realismo a imigração japonesa no Brasil. Apropriadamente, revisita e reconstrói esse importante fenômeno que contribuiu para a formação multicultural do país. Pelas memórias de Hideo, o leitor conhece a chegada desses imigrantes ao território brasileiro, vive com eles os impasses e dificuldades experimentados, as frustrações; vê os outros pelos seus olhos e a eles pelos olhos dos brasileiros. Mais que isso, o romance apresenta personagens que sentem a dor e a esperança de deixar a terra natal rumo a um futuro melhor e que, por mais que procurem manter a identidade intacta, são transformados na e pela relação com os brasileiros, reconfigurando a si mesmos e redefinindo sua identidade. É impossível, como se vê, permanecer imune ao desterro, à separação de suas origens. O desejo de pertencimento acabou por insular os japoneses em solo brasileiro por longo período, mas, afinal, constata-se que tal situação não pode se manter permanentemente.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CURY, Maria Zilda F. Uma luz na escuridão: imigração e memória. In: Vaz, Artur E. Alarcon et al. (orgs.). **Literatura e imigrantes**: sonhos em movimento. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG; Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

_____. Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: Liv, Sovik (org.). **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

KODAMA, Kaori. O sol nascente do Brasil: um balanço da imigração japonesa. In: **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, p. 199-217. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

NAKASATO, Oscar. **Nihonjin**. São Paulo: Saraiva, 2011.

REIS, Michele. Theorizing Diaspora: Perspectives on “Classical” and Contemporary” Diaspora. **International Migration**. v.42 (2), p. 41-60, 2004.

RODRIGUES, Milton H. Nihonjin: realismo e conciliação cultural. **Acta Scientiarum. Language and Culture**. Maringá, v. 36, n. 1, p. 113-114, Jan.-Mar., 2014.

Recebido em 14/03/2014

Aceito em 10/12/2014